

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	37
-------------------------	----

2

ESTADO DE DESPROTEÇÃO ALGORÍTMICA – MINORIAS SOCIAIS E OS RISCOS DE UM TOTALITARISMO PROGRAMADO PELA LINGUAGEM DIGITAL	45
---	----

2.1. LINGUAGEM – UMA PORTA ENTRE DOIS MUNDOS ...	67
--	----

2.1.1. Linguagens e o inconsciente	80
--	----

2.1.2. Um câmbio estrutural na linguagem – as imagens técnicas de Vilém Flusser como novas formas totalizantes do pensar.....	89
---	----

2.2. SINTOMAS DE UMA ORDEM NORMATIVA DOMINANTE E INJUSTIFICÁVEL NA ESTRUTURA DA LINGUAGEM DIGITAL	95
---	----

2.2.1. Misoginia na (infra) estrutura digital	109
2.2.2. Do gueto à marginalidade digital – a atmosfera de violência no entorno de jovens LGBTQIA+.....	125
2.2.3. Racismo na linguagem digital	165
2.3. A DIMENSÃO POLÍTICA DA LINGUAGEM DIGITAL – A DISCRIMINAÇÃO DE MINORIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO TOTALITÁRIO	180
2.4. DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICO-ESTRUTURAL – UM NOME SEM ROSTO NAS ESTRUTURAS DE REGULAÇÃO DIGITAL	191
2.5. DUAS IMAGENS DE JUSTIÇA – A QUE VEMOS E A QUE NOS OLHA.....	217

3

JUSTIÇA COMO NÃO DOMINAÇÃO (ALGORÍTMICA) E O DIREITO FUNDAMENTAL E MORAL À JUSTIFICAÇÃO	221
3.1. A IDEIA DE JUSTIÇA EM KANT – LIBERDADE POLÍTICA, SENSIBILIDADE E O USO PÚBLICO DA RAZÃO	232
3.2. UMA CONCEPÇÃO DE JUSTIÇA PARA MENTES DIVIDIDAS – O CONSTRUTIVISMO POLÍTICO DE JOHN RAWLS.....	248
3.2.1. A ideia fundamental de justificação pública em Rawls	263
3.2.2. Os dois princípios da justiça de Rawls e a ideia de bens primários.....	268
3.3. A ÉTICA DISCURSIVA DE JÜRGEN HABERMAS E SUA CRÍTICA À NEUTRALIDADE DE RAWLS.....	279
3.3.1. O processo democrático segundo Habermas	283
3.3.2. As críticas à neutralidade procedimental de Rawls	294
3.3.3. A resposta de Rawls a Habermas.....	305

3.4. RAINER FORST E OS CONTEXTOS DE JUSTIFICAÇÃO DA JUSTIÇA	311
3.4.1. O eu constituído “em análise” – uma concepção intersubjetivista de pessoa	313
3.4.2. Neutralidade ética do direito e a justificação pública de normas morais universais	322
3.4.3. Justiça no poder estrutural	333
3.4.4. Poder numenal – a dominação entre o agente e a estrutura	339
3.4.5. Regressão moral numenal	348
3.5. DIVERSIDADE PÚBLICA DIGITAL – UM ROSTO SEM NOME	355

4

DIVERSIDADE PÚBLICA DIGITAL – FUNDAMENTOS PARA UM NOVO ELEMENTO NORMATIVO DO CONSTITUCIONALISMO DIGITAL	361
4.1. O VAZIO DA IGUALDADE – UM CONCEITO SINTÁTICO	374
4.1.1. Liberdade igual ou igual liberdade?.....	384
4.1.2. Minorias Sociais – um conceito relacional.....	391
4.1.3. A igual liberdade na Diversidade Pública Digital	394
4.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	397
4.2.1. A questão das estruturas – o direito fundamental à garantia de confidencialidade e da integridade dos sistemas técnico-informacionais	407
4.2.2. Proteção de dados e separação informacional de poderes ...	413
4.2.3. Diversidade pública digital – normatividade e pluralismo político no constitucionalismo global	419

4.3. DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO À CENTRALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – UMA NOVA BÚSSOLA PARA O AGIR ADMINISTRATIVO	428
4.3.1. Moralidade administrativa e a moralidade do direito	433
4.3.2. A visão de Lon Fuller sobre a moralidade interna do direito.....	441
4.3.3. Resgatando o Estado administrativo – a leitura contemporânea de Cass Sunstein e Adrian Vermule	445
4.3.4. A congruência interna da diversidade pública digital – um dever moral e fundamental das agências reguladoras do setor digital	459
4.3.5. Direito administrativo inclusivo – lições do setor financeiro aos reguladores do setor digital	473
4.4. O CONTRAPODER DA INCLUSÃO – UM COMPROMISSO POLÍTICO-FILOSÓFICO COM A REALIDADE E O INCONSCIENTE HUMANO	489

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS	511
POSFÁCIO	523
REFERÊNCIAS	525